

CADERNOS

DA INTERNACIONALIZAÇÃO

A Construção Portuguesa nos Mercados Externos



Caderno 4



NOVEMBRO 2014

O volume de negócios obtido pelas empresas de construção nos mercados externos atingiu, em 2013, os 5 mil milhões de euros, representando cerca de 31% da produção do total do Setor

A internacionalização do Setor continua a crescer a um ritmo significativo, o que evidencia a enorme capacidade para explorar oportunidades, competência técnica e resiliência que as empresas de construção possuem.



ÍNDICE

Em Foco	3
Factos e Perspetivas	3
Factos	10
Apoios	13
Legislação	20



Editorial

Construção consolida atividade em mercados emergentes

A atividade externa das empresas de construção portuguesas tem apresentado ao longo dos últimos anos uma evolução ininterruptamente ascendente. Esta é uma conclusão com que se congratulam em primeiro lugar as próprias empresas e seus dirigentes e, em segundo, as estruturas associativas que lhes dão apoio e procedem ao acompanhamento de matérias relevantes para a internacionalização do Setor.

Como tem sido prática nos "Cadernos de Internacionalização", nesta edição promove-se a divulgação da informação estatística detalhada produzida pela AECOPS no âmbito do acompanhamento que faz da atividade internacional do setor.

Dessa atividade sobressai o facto da quota de mercado africano, apesar de ter apresentado uma ligeira redução do volume de negócios face ao ano anterior, continuar a ser o principal mercado de destino das empresas portuguesas de construção, ao mesmo tempo que atividade na América Central e do Sul mostrou um crescimento notório, com perspetivas de evolução muito positivas no curto prazo. Segundo o Relatório Doing Business 2014 do Banco Mundial as economias da América Latina estabeleceram reformas para melhorar o ambiente regulatório de negócios. É o caso do México, Colômbia e Venezuela que baixaram as posições na facilidade de fazer negócios, ocupando respetivamente os lugares 39, 34 e 182, no ranking da classificação de 189 economias.

As construtoras portuguesas estão, assim, atentas às oportunidades e cada vez mais aptas para superar os desafios, assumindo de modo próprio todo e qualquer o risco, fazendo face à concorrência num mercado cada vez mais global, em que lhes vale a distinta e reconhecida competência técnica da engenharia portuguesa, suportada pela elevada qualidade e flexibilidade do seu capital humano deslocalizado nas diversas geografias, contribuindo para a manutenção do emprego de um número considerável de trabalhadores.

Nos meandros da internacionalização o financiamento é um elemento crucial que pode até determinar a estratégia a definir e os mercados a alcançar. No atual momento de alguma incerteza mas também de expectativa quanto à operacionalização e funcionamento do novo quadro de programação comunitária dedica-se, neste número, um texto aos apoios à internacionalização no âmbito do Portugal 2020.

Segundo anunciou recentemente o Ministro Poiães Maduro "o próximo ano é um ano de fronteira, no que respeita aos fundos europeus. É o último ano em que estão disponíveis recursos do quadro de programação vigente (o QREN) e o primeiro de aplicação plena do Portugal 2020. (...) O Portugal 2020 será nos próximos anos o instrumento essencial de apoio das políticas públicas ao esforço de investimento que todos vamos ter de empreender, para reforçarmos os fatores competitivos da nossa economia".

No contexto da programação do Portugal 2020, a internacionalização dispõe de verbas alocadas para apoiar determinadas atividades perante as quais as empresas poderão, agora, adotar uma atitude proativa. Já se encontra aberto o Balcão único para receção permanente de candidaturas através do qual as empresas poderão submeter os seus projetos a financiamento, tendo obviamente presente todas as condições e requisitos exigidos. Salienta-se, porém, que a publicação de concursos específicos ocorrerá, de acordo com informações oficiais, até ao final do corrente ano ou início de 2015.

No âmbito do financiamento público proporcionado pelos Fundos Europeus Estruturais de Investimento, para além dos apoios diretos dirigidos a atividades convencionais de prospeção de mercados e de marketing, os apoios à internacionalização surgem no quadro das premissas da Inovação, Investigação e do desenvolvimento tecnológico, com grande enfoque na cooperação e funcionamento em rede seja sob a forma de cluster, plataforma ou outra que cumpra os objetivos da eficiência coletiva e promova ou reforce a presença de Portugal no mercado global.

A este respeito fazemos votos para que se verifique a necessária convergência entre os objetivos das medidas de política e as necessidades das empresas em matéria de apoios à internacionalização de um setor que cada vez mais brilha, resiste e cresce fora de Portugal e que tem um papel crucial na internacionalização da economia.

Contando que os temas apresentados sirvam de base tanto para a reflexão como para a orientação e estímulo de iniciativas no domínio da internacionalização, ficamos, como sempre, atentos à atualidade relevante em matéria de internacionalização com potencial interesse para as empresas associadas e disponíveis para acrescentar conhecimento e facilitar processos colaborativos no âmbito da internacionalização do setor.

Leonor Torres
mltorres@aecops.pt



FACTOS E PERSPETIVAS

OS NÚMEROS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO EM 2013

VALORES		
	Milhões €	Variação 2013/2012
Volume de Negócios no Exterior	5321,20	7%
Novos Contratos no Exterior	6628,84	53%

Fonte: Estatísticas EIC /FEPICOP / AECOPS

Os números evidenciam:

1. A consolidação do processo de internacionalização do Setor. O volume de negócios no exterior atingiu os 5.3 mil milhões de euros. Aumentou 7% face a 2012 e mais que triplicou entre 2006 e 2013, correspondendo a uma taxa de crescimento média anual de 18%;

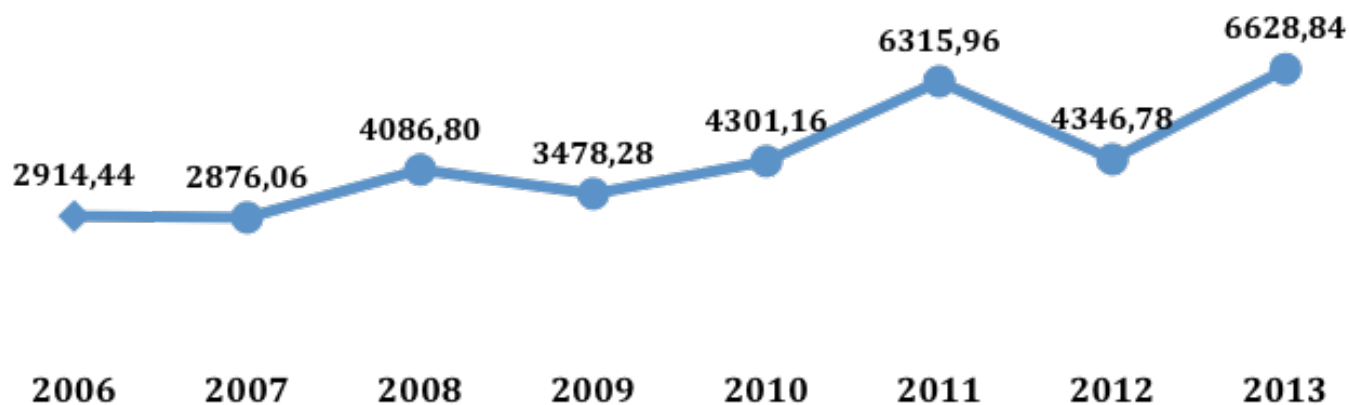
EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS DA CONSTRUÇÃO NO EXTERIOR



Fonte: Estatísticas EIC / FEPICOP / AECOPS (Milhões €)

2. Perspetivas favoráveis para 2014 e 2015, com a carteira de encomendas no exterior a rondar os 7 mil milhões de euros, com uma variação de 53% face a 2012;

EVOLUÇÃO DOS NOVOS CONTRATOS NO EXTERIOR



Fonte: Estatísticas EIC / FEPICOP / AECOPS (Milhões €)

3. A relevância da internacionalização da Construção para as empresas e para a economia nacional.

Em 2013, a atividade no exterior já representa cerca de 44% do total da produção em Portugal e, como se pode observar no quadro seguinte, representa 31% do total da produção, somando a faturação no exterior com a produção no mercado interno, pratica-

mente o mesmo que o total do segmento da Engenharia Civil executado em Portugal e mais do que o total da produção nos segmentos não Residencial e Habitação.

TOTAL DA PRODUÇÃO NO MERCADO INTERNO E NO EXTERIOR

Engenharia Civil	5852,4	34%
Habitação	2951,9	17%
Edifícios Não Residenciais	3190,2	18%
Produção Interna	11994,5	69%
Produção no Exterior	5321,2	31%
Total da Produção	17315,7	100%

Fonte: Estatísticas EIC / FEPI COP / AECOPS

Os números atestam a capacidade de adaptação, a versatilidade e a competitividade do tecido empresarial e, em particular, das grandes empresas, que, perante a dimensão da crise no mercado nacional, conseguiram resistir e “transferir” a sua capacidade produtiva para o exterior.

Os números demonstram, por um lado, que a Construção não é uma “atividade não transacionável” dependente do mercado interno e protegida da concorrência externa e, por outro, que a engenharia constitui um instrumento relevante de internacionalização para a economia portuguesa.

Em termos macroeconómicos, o volume de negócios das construtoras no exterior representa cerca de 3% do PIB e cerca de 8% do total das exportações nacionais.

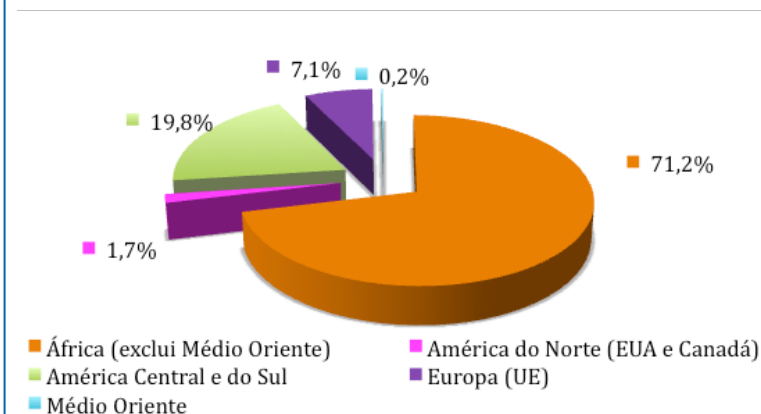
Volume de negócios no exterior / PIB	3%
Contratos Internacionais / PIB	4%
Volume de negócios no exterior / Exportações	8%

4. A atividade da Construção no exterior está localizada, essencialmente, em economias emergentes africanas e da América Latina e Central, com elevadas taxas e perspectivas de crescimento.

Em termos regionais, os mercados africanos representam cerca de 71,2% do total do volume de negócios e a América Central e do Sul cerca de 20%. Com exceção de uma intervenção pouco significativa no Médio Oriente, as construtoras portuguesas não atuam nos mercados asiáticos.

A faturação nas economias desenvolvidas ronda os 10% do total (Europa, 7%, e América do Norte, 2%).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO VOLUME DE NEGÓCIOS



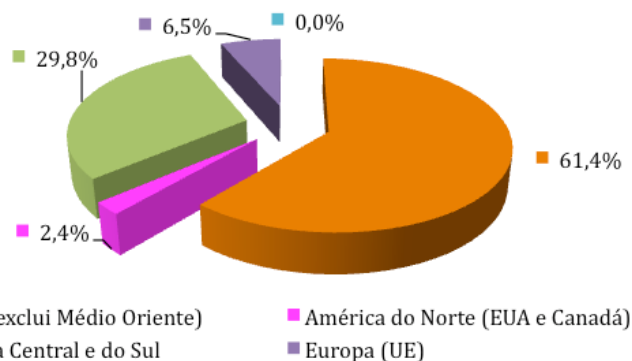
Fonte: Estatísticas EIC / FEPI COP / AECOPS

5. As perspectivas de evolução para 2014 e 2015 apontam para um aumento da relevância dos mercados latino americanos e da América Central, uma região em forte crescimento para as construtoras nacionais, que, em 2012, representava 10% do volume de negócios total (477 milhões de euros), um peso que duplicou em 2013, atingindo os 20% (1.053 milhões de euros), e que em matéria de novos contratos já corresponde a 30% do total.

O volume de negócios nos mercados africanos cresceu em 2013, cerca de 3% face a 2012. Apesar de, em termos relativos, se assistir a uma redução do peso dos mercados africanos no total, passando de 75% para cerca de 71%, é inegável que a

evolução nestes mercados continua a ser determinante para o desempenho das empresas portuguesas.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS NOVOS CONTRATOS



Fonte: Estatísticas EIC / FEPIOP / AECOPS

A produção na Europa decresceu 43% entre 2012 e 2013, de 668 milhões de euros para 378 milhões, e de 13% para 7%, face à produção total no exterior. As perspetivas para 2014 e 2015 apontam para uma estabilização da atividade ao nível de 2013.

OS 5 PRINCIPAIS MERCADOS EXTERNOS EM VOLUME DE NEGÓCIOS

Países	Volume de Negócios (milhões de €)	Peso no total
 Angola	2005	38%
 Venezuela	481	9%
 Malawi	357	7%
 Peru	331	6%
 Moçambique	286	5%

Fonte: Estatísticas EIC / FEPIOP / AECOPS

6. Em 2013 e por países, os principais mercados externos da Construção eram: Angola (38% do total); Venezuela (9%); Malawi (7%); Peru (6%) e Moçambique (5%).

Comparando a distribuição do volume de negócios no exterior entre 2012 e 2013, constata-se uma redução do peso relativo de Angola, de 53% para 38% do total, e o aumento da importância da Venezuela, do Malawi e do Peru, concomitantemente, com uma quebra da atividade na Polónia.

As perspetivas para 2014 e 2015, com base nos novos contratos, evidenciam a relevância de Angola (34%); México (11%); Moçambique (10%), Brasil (9%) e Malawi (6%).

OS 5 PRINCIPAIS MERCADOS EXTERNOS EM NOVOS CONTRATOS

Países	Volume de Negócios (milhões de €)	Peso no total
 Angola	2262	34%
 México	706	11%
 Moçambique	687	10%
 Brasil	617	9%
 Malawi	389	6%

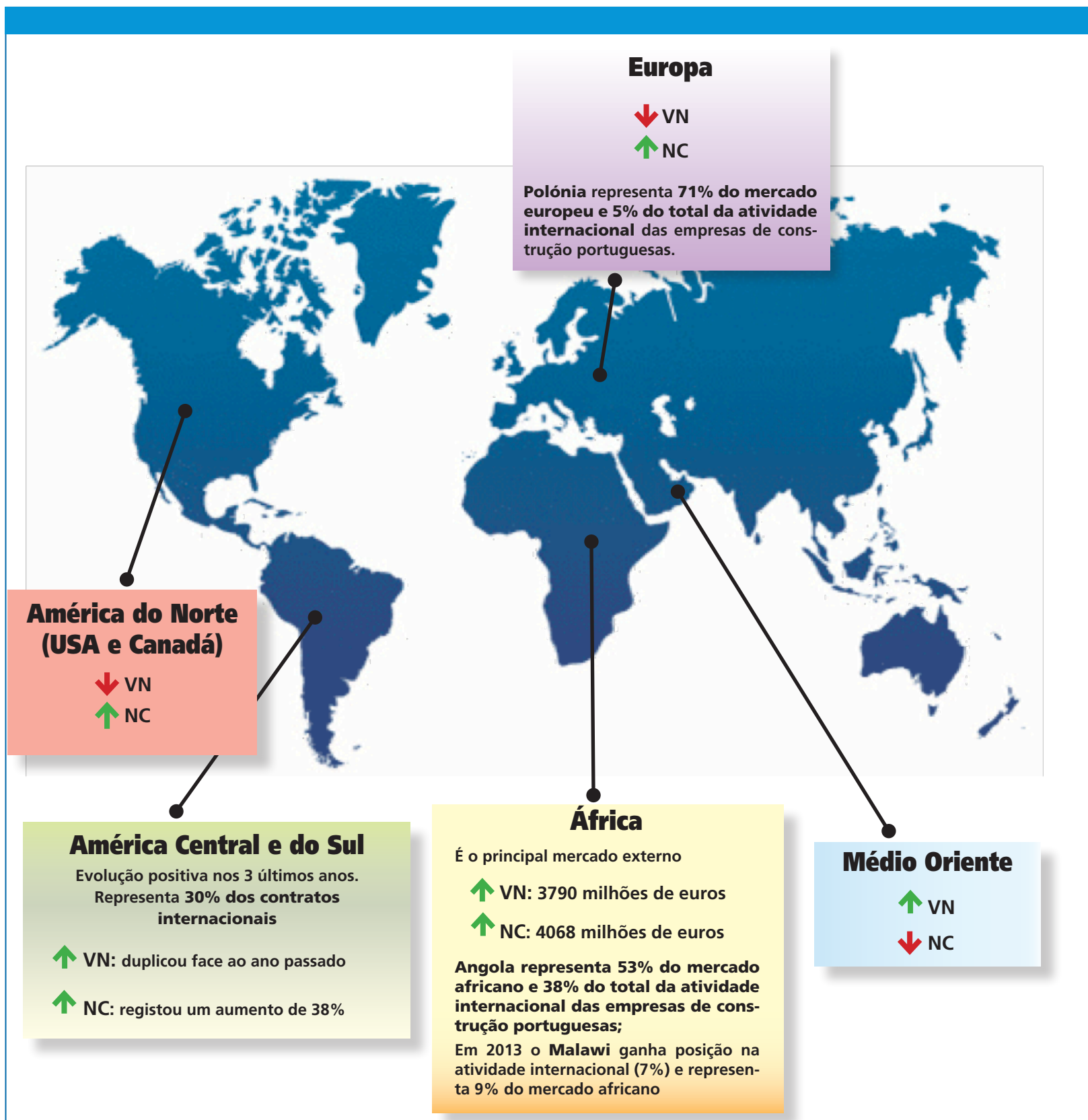
Fonte: Estatísticas EIC / FEPIOP / AECOPS



Cadernos da Internacionalização

Destaques

Na figura seguinte evidenciam-se as principais alterações em termos de Volume de Negócio (VN) e Novos Contratos (NC) por região geográfica.



Peso dos principais mercados com presença de empresas portuguesas de construção

Regiões / Países	Novos Contratos		Volume de Negócios	
	Valor (Milhões €)	Peso	Valor (Milhões €)	Peso
Europa	428	6%	378	7%
Alemanha	3	0%	4	0%
Bélgica	12	0%	14	0%
Espanha	37	1%	55	1%
França	9	0%	5	0%
Holanda	1	0%	3	0%
Irlanda	0	0%	3	0%
Polónia	327	5%	266	5%
Rep. Checa	39	1%	26	0%
Roménia	0	0%	1	0%
América do Norte (EUA e Canadá)	156	2%	88	2%
EUA	156	2%	88	2%
América Central e do Sul	1976	30%	1053	20%
Brasil	617	9%	171	3%
Chile	0	0%	1	0%
Colômbia	50	1%	6	0%
México	706	11%	62	1%
Peru	296	4%	331	6%
Venezuela	307	5%	481	9%
África (exclui Médio Oriente)	4068	61%	3790	71%
Argélia	303	5%	101	2%

(Continua...)

Peso dos principais mercados com presença de empresas portuguesas de construção

(Continuação...)

Regiões / Países	Novos Contratos		Volume de Negócios	
	Valor (Milhões €)	Peso	Valor (Milhões €)	Peso
Gibraltar	59	1%	8	0%
Marrocos	50	1%	21	0%
Angola	2262	34%	2005	38%
Cabo Verde	46	1%	92	2%
Gana	76	1%	58	1%
Guiné Equat.	41	1%	53	1%
Malawi	389	6%	357	7%
Moçambique	687	10%	286	5%
S. Tomé e Príncipe	17	0%	17	0%
Senegal	11	0%	24	0%
Suazilândia	0	0%	2	0%
Togo	0	0%	20	0%
Zâmbia	127	2%	0	0%
Médio Oriente	1	0%	12	0%
Omã			10	0%
Qatar	1	0%	1	0%

Fonte: Estatísticas EIC IFEPICOP / AECOPS



FACTOS

CONSTRUTORAS NACIONAIS ASSEGURAM EMPREGO A TRABALHADORES PORTUGUESES NA EUROPA

Cerca de 50 mil trabalhadores portugueses da construção estavam a trabalhar na Europa, em 2013, para construtoras portuguesas

Em 2013, no contexto da acentuada crise que Portugal tem atravessado com grande notoriedade na Construção, o emprego neste Setor no espaço nacional sofreu uma quebra de 19% comparativamente a 2012. Mas as construtoras portuguesas nacionais, no âmbito do seu processo de internacionalização, procuraram colocar os seus trabalhadores nas frentes de trabalho fora do País.

De acordo com os dados da Segurança Social, em 2013, eram 47.813 os trabalhadores destacados por empresas portuguesas para exercerem atividade temporária em países europeus,

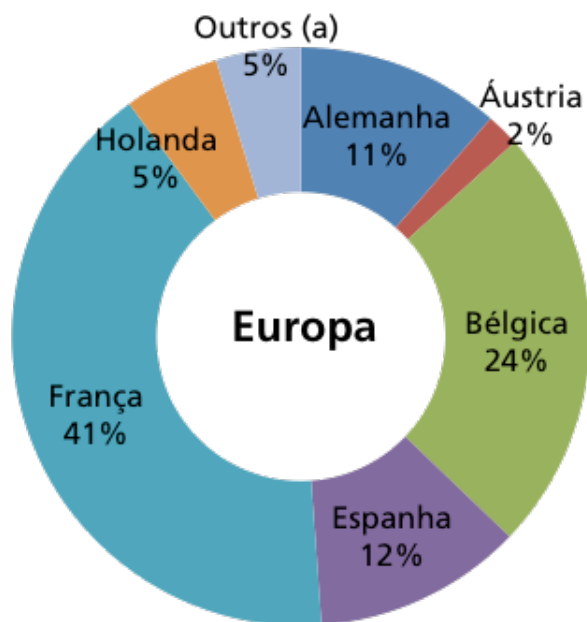
não incluindo Portugal.

Para aferir da importância destes números, refira-se que, no mesmo ano, estiveram empregados no setor da Construção em Portugal 288.400 trabalhadores. Tendo em conta que a este número acrescem 47.813 indivíduos contratados por empresas portuguesas para prestarem serviço na Europa, conclui-se que:

- As empresas de construção portuguesas foram responsáveis pelo emprego de 336.213 trabalhadores portugueses no conjunto do espaço europeu;
- O emprego na Europa gerado pelas empresas construtoras portuguesas, em 2013, representou 14% do total.

Em 2013, a distribuição por país mostra que os trabalhadores portugueses da construção a laborar temporariamente

DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES DESTACADOS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO POR PAÍS EUROPEU



Fonte: Segurança Social / FEPEICOP / AECOPS

(a) Andorra, Estónia, Bulgária, Dinamarca, Escócia, Finlândia, Eslovénia, Inglaterra, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Polónia, R. Unido, Roménia, R. Checa, Suécia e Suíça

na Europa concentraram-se em França, na Bélgica, Espanha e Alemanha.

França foi o país da Europa para onde as empresas portuguesas de construção destacaram o maior número de trabalhadores (41% do total, quase 20 mil indivíduos), seguido da Bélgica (24%), onde estiveram a trabalhar temporariamente cerca de ¼ dos trabalhadores portugueses do setor da Construção em atividade na Europa (11.421). Espanha e Alemanha mostraram-se menos relevantes, ocupando, respetivamente, 12% e 11% dos trabalhadores destacados na Europa.

Em termos comparativos, constata-se que em 2013 ocorreu um aumento de 44% do emprego face a 2012, referente a trabalhadores nacionais empregues por construtoras portuguesas que foram desenvolver temporariamente trabalhos de construção na Europa. À exceção de Espanha, em todos os países mais relevantes ocorreu um aumento do número

de trabalhadores portugueses destacados pelas suas entidades patronais, com maior relevo para a Bélgica, destino que acolheu 11.421 trabalhadores da construção portugueses em 2013, mais do dobro face a 2012.

De facto, os números apresentados evidenciam transformações ao nível do emprego, nomeadamente quanto à forma e local de trabalho, a que estão associadas uma série de vicissitudes de âmbito económico e social. Desde logo, imposições de ordem legal a aplicar enquanto durar o destacamento do trabalhador, no quadro do acordo bilateral estabelecido entre o empregador e o trabalhador, de acordo com a legislação nacional e europeia, com algumas especificidades consoante o país.

O destacamento de trabalhadores representa uma parcela considerável na estrutura de custos da internacionalização das empresas. No caso dos países em questão, o empregador é obrigado a observar as regras básicas em matéria de proteção dos seus trabalhadores, que se materializam, entre outras, no pagamento do salário mínimo local, no respeito pelo

	Nº Trabalhadores portugueses destacados na Europa	Variação 2013/2012
Alemanha	5455	52%
Áustria	889	9%
Bélgica	11421	92%
Espanha	5599	-15%
França	19612	48%
Holanda	2568	48%
Outros (a)	2269	75%
Total	47813	44%

Fonte: Segurança Social / FEPEICOP / AECOPS

(a) Andorra, Estónia, Bulgária, Dinamarca, Escócia, Finlândia, Eslovénia, Inglaterra, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Polónia, R. Unido, Roménia, R. Checa, Suécia e Suíça

Cadernos da Internacionalização

número de horas de trabalho, períodos máximos de trabalho e mínimos de descanso, pagamento de férias, saúde e segurança, bem como reparação de danos causados com acidentes de trabalho.

Por seu turno, o trabalhador destacado, apesar de coberto pela segurança social de Portugal, fica sujeito às regras do país de acolhimento, beneficiando igualmente dos direitos específicos desse país.

Se nos tempos áureos de crescimento económico o setor da Construção representou uma percentagem importante no emprego em Portugal, nos últimos anos e fruto da internacionalização das empresas atenuou o crescimento do desemprego no mercado interno.

Estima-se que no espaço europeu, em 2012, a Construção tenha representado cerca de 40% dos destacamentos para aquela área geográfica no conjunto dos setores de atividade.





APOIOS

PORTUGAL 2020: APOIOS À INTERNACIONALIZAÇÃO NO ÂMBITO DO NOVO QUADRO COMUNITÁRIO

Que oportunidades de financiamento existem para a internacionalização no contexto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento?

O Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, denominado Portugal 2020, determina as orientações e as prioridades de investimento a apoiar pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), até 2020.

A sua implementação será efetuada com base numa estrutura temática dividida em quatro grandes domínios: Competitividade e Internacionalização; Inclusão Social e Emprego; Capital Humano e Sustentabilidade; e Eficiência no Uso de Recursos.

No total e para o período de 2014-2020, Portugal vai receber cerca de 25 mil milhões de euros, considerando o

conjunto dos fundos, os quais serão atribuídos no âmbito de 16 Programas Operacionais, Temáticos e Regionais, através dos quais será efetuada a aplicação dos fundos, em função de uma estruturação de prioridades de investimento, objetivos e dotação orçamental pré-definidos.

Dado que a internacionalização da economia é um objetivo fundamental das políticas públicas, esta é uma dimensão transversal às diversas áreas de investimento, sendo por isso suscetível de apoio financeiro por parte dos FEEI.

No que se refere à implementação da programação do Portugal 2020, os apoios à internacionalização estão previstos

no âmbito de atuação temática do Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (POCI).

com o intuito de estimular a proatividade das empresas de modo a identificarem desafios e oportunidades que o novo

“O Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização tem como finalidade contribuir para a criação de uma economia mais competitiva, baseada em atividades intensivas em conhecimento, na aposta em bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e no reforço da qualificação e da orientação exportadora das empresas portuguesas, em especial das PME, promovendo, igualmente, a redução de custos associada a uma maior eficiência dos serviços públicos e à melhoria dos transportes e sua integração nas redes transeuropeias.”

Importa desde já realçar que, neste momento, o processo de operacionalização deste Programa Operacional (bem como dos restantes) não se encontra ainda concluído.

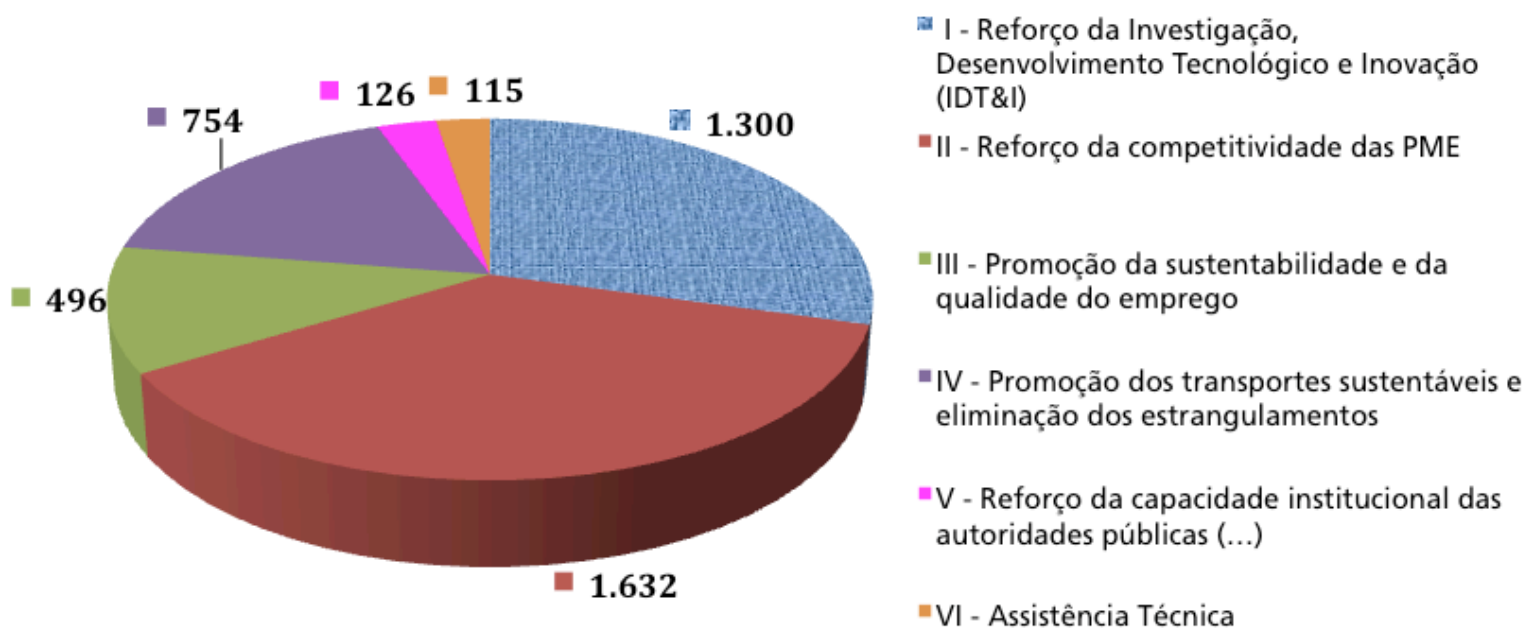
Não obstante, vale a pena apontar as prioridades de investimento e exemplos de ações passíveis de financiamento,

período de programação comunitária pode proporcionar no âmbito da internacionalização.

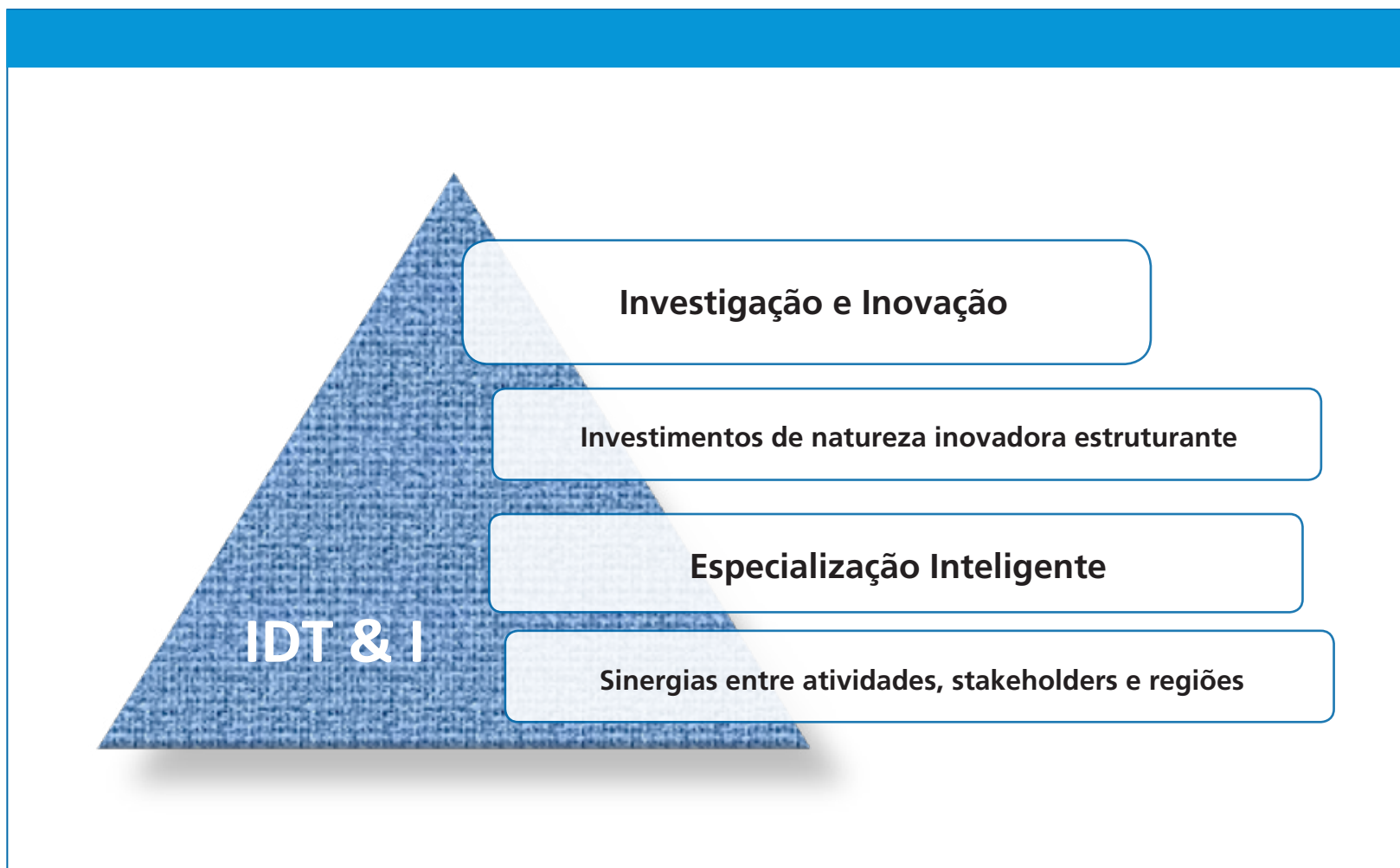
Concretamente, para o POCI estão previstos 4.423 milhões de euros, no período 2014-2020, abrangendo seis eixos passíveis de apoio financeiro, que se distribuem do seguinte modo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTAL DO PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO 2014-2020

(Milhões de Euros)



Fonte: Programa Operacional Competitividade e Internacionalização



As ações de internacionalização a apoiar pelo POCI enquadram-se, segundo esta estruturação, nos eixos I -Reforço da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico & Inovação (IDT & I) e no eixo II - Reforço da competitividade das PME, conforme se esquematiza:

O domínio da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação dispõe de uma dotação orçamental de 1.300 milhões de euros até 2020, destinada a apoiar prioridades de

investimento que se consubstanciam na promoção de Centros de Competência de investigação científica, assim como na criação e dinamização de formas de cooperação que visem a inovação, a investigação e a internacionalização das empresas.

Nesta vertente de atuação assumem relevo as parcerias que tenham em vista a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial.



Tipologia de ações em IDT & I passíveis de financiamento

- ⇒ Projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT) por parte de empresas e Projetos multidisciplinares e co-promoção com outras entidades do sistema nacional de Investigação e Inovação (I&I)
- ⇒ Participação das empresas em programas europeus de I&D empresarial
- ⇒ **Projetos estruturantes** que envolvam entidades de transferência de tecnologia e saber
- ⇒ Atividades de interação e transferência de conhecimento, inserção em **redes e plataformas internacionais e nacionais** de conhecimento e de excelência científica e tecnológica
- ⇒ Atividades de **networking** que visem a inserção destas infraestruturas em redes internacionais e consórcios,
- ⇒ Criação e dinamização de núcleos de I&I nas empresas (desenvolvimento de competências internas das empresas para a produção de conhecimento com potencial efeito na competitividade e inovação empresarial)
- ⇒ Coordenação e gestão de parcerias de **estratégias de eficiência coletiva**, tais como ações de clusterização, ações que visem a eficiência coletiva e o aumento de escala das empresas
- ⇒ Investimento produtivo de natureza inovadora e qualificada que se traduza na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação de valor acrescentado, **criando oportunidades de internacionalização ou reforçando a presença nos mercados internacionais**;
- ⇒ Investimento produtivo de natureza inovadora e estruturante, quer pelo enquadramento estratégico, quer pela elevada mobilidade internacional e investimento produtivo de natureza inovadora e estratégica, com claro efeito de arrastamento e envolvimento das PME



Fomentar a **competitividade das PME** é uma das prioridades da política de coesão para o período 2014-2020. Como tal, as prioridades de investimento neste domínio centram-se no apoio à exploração de novas ideias, **novas empresas e novos modelos empresariais para as PME**, especialmente no que respeita à internacionalização.

A internacionalização é, neste enquadramento, um fim, estando por isso previstos, à semelhança do existente no anterior quadro programático (QREN), apoios diretos, atribuídos tanto ao nível da **capacitação empresarial**, como de **financia-**

mento.

No conjunto das verbas adstritas ao POCI, o Reforço da Competitividade das PME é o eixo com o montante mais elevado, na ordem dos 1.632 milhões de euros para 6 anos, a que corresponde uma média anual de 272 milhões, englobando os apoios à internacionalização que se materializam em diversas iniciativas relacionadas com a promoção da inovação e o investimento em investigação, criatividade e formação de competências necessárias ao reforço da competitividade das empresas e à sua internacionalização.

Tipologia de ações no domínio do Reforço da Competitividade passíveis de financiamento

1. Apoios diretos à internacionalização das PME

- ⇒ **Projetos coletivos** destinados a promover a presença internacional das PME (modelos de negócio orientados para os mercados internacionais, ações de promoção e marketing internacional e ações que visem o acesso a novos mercados, incluindo a utilização de canais digitais);
- ⇒ **Projetos individuais** (incluindo mecanismos de apoio direto simplificado) que promovam a internacionalização das empresas através de ações que visem o conhecimento dos mercados e a prospeção dos mesmos, bem como ações de marketing.

Tanto nos projetos coletivos como nos individuais, o apoio contempla as seguintes **ações**:

- Deslocações;
- Deslocação inversa de especialistas;
- Aluguer de espaços;
- Contratação de serviços especializados de apoio no mercado;
- Material promocional.

2. Apoios indiretos à internacionalização

- ⇒ Redes e ações coletivas orientadas para as seguintes finalidades
 - Produção, transferência e difusão de conhecimento e de tecnologia para a economia e que reforcem a competitividade da economia portuguesa no contexto do mercado global;
 - Cooperação interempresarial e a representação dos interesses nacionais em redes internacionais;
 - Processos colaborativos de internacionalização, partilha de conhecimento e de capacitação para a internacionalização;
 - Prospeção, conhecimento e acesso a novos mercados, com vista ao reconhecimento internacional de bens e serviços produzidos em Portugal.

3. Apoio à qualificação das PME:

- ⇒ Projetos que visem o reforço das **capacidades de organização e gestão**, incluindo o investimento em desenvolvimento de capacidades estratégicas e de gestão competitiva, redes modernas de distribuição e colocação de bens e serviços, bem como a utilização de tecnologias de informação e comunicação, como, por exemplo, **o acesso aos mercados através de TIC**;
- ⇒ Projetos de qualificação das estratégias das PME (desenvolvimento e engenharia de produtos, economia digital e TIC, propriedade industrial, certificação de produtos, serviços ou sistemas de gestão, logística, eficiência energética, serviços e processos, incluindo a criação ou reforço das capacidades laboratoriais, criação e registo de marcas, etc.);
- ⇒ Projetos simplificados em domínios relevantes para PME, designadamente no âmbito da procura de serviços tecnológicos;
- ⇒ Apoio à **formação** empresarial, tendo em vista a capacitação dos recursos humanos das empresas (empresários, gestores e trabalhadores) para os processos de inovação e internacionalização.

4. Apoios ao investimento empresarial inovador e qualificado

- ⇒ Projetos de investimento de natureza inovadora e qualificada, que se traduzam na produção de **bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis** diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação nacional, **criando oportunidades de internacionalização**.

Instrumentos financeiros

Apesar de não terem sido ainda divulgados quais são exatamente os instrumentos financeiros e áreas passíveis de utilização, perspectiva-se, porém, que sejam direcio-

nados a estratégias de internacionalização e assumam a forma de investimento em capitais próprios ou quase-capital, empréstimos, garantias ou outros instrumentos de partilha de riscos, conforme referido no Acordo de Parceria:



A. Instrumentos de Dívida:

- ◆ Fundos de contragarantia para cobertura de garantias prestadas por entidades especializadas na emissão de garantias a financiamentos a conceder por bancos comerciais a PME. À semelhança do existente no QREN, trata-se de financiamento privado em condições de preço e maturidade melhoradas pelo recurso a emissão de garantias;
- ◆ Bonificação de taxa de juro ou comissões de garantias emitidas por entidades especializadas a favor de bancos em operações de financiamento a PME. Trata-se de um instrumento já existente no QREN, envolvendo financiamento privado com financiamento público na bonificação dos custos do financiamento e da garantia.

B. Instrumentos de equity e quasi-equity (subscrição de fundos ou fundos de fundos em coinvestimento com agentes privados para aplicação nos seguintes instrumentos em PME)

- ◆ Realização de capital próprio e/ou aquisição de participações de capital, por forma a assegurar o reforço de capitais da empresa e a melhoria do perfil de gestão e da estrutura de acionistas. Trata-se de um instrumento já existente QREN, envolvendo operações financiadas por fundo de fundos públicos e cofinanciamento privado;
- ◆ Financiamentos Mezzanine/ Subordinados/ Convertíveis. Estes são novos instrumentos indispensáveis à criação a prazo de mercado secundário de equity e dívida para instrumentos de financiamento de PME, envolvendo operações financiadas por fundo de fundos públicos e cofinanciamento privado.

Ponto de situação atual

No momento atual aguarda-se a publicação de regulamentos nacionais dos FEEI, bem como a divulgação dos Programas Operacionais definitivos, responsáveis pela implementação do

Portugal 2020, enquadramentos dos projetos de investimento.

As candidaturas a apoio financeiro far-se-ão através de concursos divulgados no **Balcão 2020 - Portugal 2020**, plataforma de acesso aos FEEI.





LEGISLAÇÃO

ACORDOS BILATERAIS CELEBRADOS POR PORTUGAL E LEGISLAÇÃO RELEVANTE PUBLICADA ENTRE OUTUBRO DE 2013 E NOVEMBRO DE 2014 NOS SEGUINTE PAÍSES:

ANGOLA – ARGÉLIA – CABO VERDE – MOÇAMBIQUE – PERU e ACORDOS BILATERAIS COM O EMIRADOS ÁRABES UNIDOS E O QATAR

ANGOLA - Branqueamento de capitais

- Lei n.º 3/14, de 10 de fevereiro e Despacho n.º 713/14, de 27 de março, aprovam medidas destinadas à prevenção e repressão do branqueamento de capitais, vantagens de proveniência ilícita e financiamento do terrorismo no sector imobiliário (*Fonte: www.uif.ao*)

Classificação de bens e serviços

- Resolução n.º 108/14, de 19 de novembro (IIª Série), aprova a Classificação Nacional de Bens e Serviços de Angola, Revisão 1, abreviadamente designada por CNBS-Rev. 1.

Criação de empresas

- Lei n.º 16/14, de 29 de setembro, estabelece os encargos

legais aplicáveis no processo de constituição de sociedades
(*Fonte: www.scm.gov.ao*)

Contratos Públicos

- Decreto Presidencial n.º 169/13, de 28 de outubro, cria o serviço técnico especializado, denominado Unidade Técnica de Negociação para a preparação, condução, avaliação e negociação dos procedimentos de contratação pública, cujas respetivas decisões de contratar e de autorização da inerente despesa estejam legalmente cometidas ao Titular do Poder Executivo, e aprova o regime jurídico de constituição, organização, funcionamento e de procedimento da Unidade Técnica de Negociação (*Fonte: www.scm.gov.ao*)

Fiscalidade

- **Decreto Presidencial n.º 149/13, de 1 de outubro**, estabelece o regime jurídico das faturas e documentos equivalentes, regulando os requisitos para a emissão, conservação e arquivamento das faturas e documentos equivalentes pelos contribuintes, no exercício da sua atividade comercial e industrial (*Fonte: www.scm.gov.ao*)
- **Lei n.º 18/14, de 22 de outubro**, aprova o novo Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (*Fonte: www.scm.gov.ao*)
- **Lei n.º 19/14, de 22 de outubro**, aprova o novo Código do Imposto Industrial (*Fonte: www.scm.gov.ao*)
- **Lei n.º 20/14, de 22 de outubro**, aprova o novo Código das Execuções Fiscais e um regime excecional de regularização de dívidas fiscais (perdão fiscal) aplicável a contribuintes com dívidas fiscais de imposto industrial, imposto sobre os rendimentos de trabalho, imposto do selo, imposto sobre a aplicação de capitais e imposto predial urbano, cujos factos tributários se tenham verificado até 31 de dezembro de 2012 (*Fonte: www.scm.gov.ao*)
- **Lei n.º 21/14, de 22 de outubro**, aprova o novo Código Geral Tributário (*Fonte: www.scm.gov.ao*)

Estrangeiros

- **Decreto Executivo Conjunto n.º 7/14 de 9 de janeiro**, atualiza os valores das taxas dos atos migratórios cobradas pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, designadamente para a concessão de vistos de trabalho e cartão de residência (*Fonte: www.scm.gov.ao*)

Política Comercial

- **Decreto Presidencial n.º 105/14, de 16 de maio**, aprova a Nova Política Comercial de Angola, que visa impulsionar o desenvolvimento do comércio no país, estimulando a produção diversificada de bens e serviços, de modo a responder às necessidades do mercado interno e o incremento das exportações mercantis em conformidade com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013 – 2017 (*Fonte: www.cidadao.gov.ao*)

Proteção da Produção Nacional de Materiais de Construção de Origem Mineira

- **Decreto Presidencial n.º 274/14, de 23 de setembro de 2014**, aprova o Regulamento sobre a Proteção da Produção Nacional de Materiais de Construção de Origem Mineira, pre-

vendo que nas empreitadas de obras públicas é obrigatória a utilização de materiais nacionais de construção civil de origem mineral (*Fonte: www.scm.gov.ao*)

Regulamentos técnicos

- **Decreto Executivo n.º 282/14, de 22 de setembro**, aprova o regulamento técnico relativo ao projeto, à construção e à exploração de postos de abastecimento (*Fonte: www.scm.gov.ao*)
- **Decreto Executivo n.º 283/14, de 22 de setembro** e n.º 295/14, 29 de setembro, aprovam os regulamentos técnicos sobre o projeto, a construção, exploração e a manutenção das instalações de armazenamento de gás de petróleo liquefeito (*Fonte: www.scm.gov.ao*)

ARGÉLIA - Contratos públicos

- **Decreto executivo n.º 14-139, de 20 de abril de 2014**, prevê a obrigatoriedade de as empresas, grupos de empresas e agrupamentos de empresas que intervenham no âmbito da realização de contratos públicos de alguns setores de atividade serem titulares do certificado de qualificação e classificação profissionais (alvará) (*Fonte: www.mincommerce.gov.dz*)
- **Despacho de 17 de novembro de 2013**, fixa o conteúdo do portal eletrónico da contratação pública, as modalidades da sua gestão, assim como as modalidades de troca de informações por via eletrónica (*Fonte: www.mincommerce.gov.dz*)

CABO VERDE - Acesso e permanência na atividade da construção

- **Portaria n.º 37/2014, de 17 de julho**, altera o n.º 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 56/2010, de 20 de dezembro, que estabelece quais os documentos comprovativos de preenchimento dos requisitos de acesso e permanência na atividade da construção, que passa a ter uma nova redação (*Fonte: www.mtie.gov.cv*)

Estrangeiros

- **Lei n.º 66/VIII/2014, de 17 de julho**, aprova o novo regime Jurídico de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território cabo-verdiano, incluindo as regras relativas a vistos e residência, direitos, garantias e deveres dos estrangeiros e o afastamento do território nacional e o respetivo regime contraordenacional e taxas (*Fonte: www.scm.gov.ao*)

[parlamento.cv](http://www.parlamento.cv))

- Resolução n.º 106/VIII/2014, de 23 de maio, relativa ao [Acordo sobre a facilitação de emissão de vistos de curta duração, assinado entre a União Europeia e a República de Cabo Verde](#) (*Fonte: <http://eur-lex.europa.eu>*)

Micro e pequenas empresas

- [Lei n.º 70/VIII/2014, de 26 de agosto](#), aprova o regime jurídico especial das micro e pequenas empresas, com a finalidade de promoção da sua competitividade, produtividade, formalização e desenvolvimento, aplicável às empresas constituídas e registadas no território nacional, bem como às empresas já existentes que venham a ser credenciadas como micro e pequenas empresas (*Fonte: www.parlamento.cv*)
- [Lei n.º 58/VIII/2014, 21 de março](#), estabelece o regime aplicável às infraestruturas de rede de comunicação eletrónica, bem como à certificação e avaliação dos correspondentes equipamentos (*Fonte: www.incv.cv*)

Urbanização e edificação

- [Lei n.º 60/VIII/2014, de 23 de abril](#), aprova o regime jurídico das operações urbanísticas, nomeadamente das operações de loteamento, urbanização, edificação, e utilização e conservação de edifícios (RJOU) (*Fonte: www.parlamento.cv*)
- Decreto-Lei n.º 54/2014, de 22 de setembro, regula o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais

Salário mínimo

- [Decreto-Lei n.º 6/2014, de 29 de janeiro](#), cria e regula a retribuição mínima mensal garantida dos trabalhadores por conta de outrem, sujeitos ao regime do Código Laboral. Para o ano de 2014 foi fixado o salário mínimo nacional no valor de 11.000 mil escudos cabo-verdianos, ou 8.800 escudos no caso de estagiários, aprendizes e praticantes

Segurança e saúde no trabalho

- Resolução n.º 20/2014, de 14 de março, aprova a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) de Cabo Verde

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS - Acordos bilaterais

- Aviso n.º 56/2014, de 30 de maio e [Decreto n.º 21/2013, de 15 de julho](#) - Acordo sobre Cooperação Económica, em vigor desde 17/04/2014 (*Fonte: www.dre.pt*)

MOÇAMBIQUE - Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

- Decreto n.º 62/2013, de 4 de dezembro, aprova o novo regime jurídico de acidentes de trabalho e doenças profissionais, regulamentando os artigos 222º e seguintes da Lei do Trabalho. Este diploma é aplicável aos trabalhadores por conta de outrem, nacionais e estrangeiros, bem como aos administradores, diretores, gerentes ou equiparados. Revoga o Diploma Legislativo n.º 1706, de 19 de outubro de 1957

Branqueamento de capitais

- Decreto n.º 66/2014, de 29 de outubro, aprova o Regulamento da Lei n.º 14/2013, de 12 de agosto, que estabelece o regime jurídico e as medidas de prevenção e repressão em relação à utilização do sistema financeiro e das entidades não financeiras para efeitos de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e de crimes conexos

Criação de empresas

- Decreto n.º 80/2013, de 31 de dezembro de 2013, aprova o Formulário Único ("Formulário") para constituição, registo e licenciamento de empresas; atribuição do número único de identificação tributária (NUIT); declaração de início de atividade; inscrição de trabalhadores no sistema nacional de segurança social; e horário de trabalho

Empreiteiro e consultor de construção civil

- [Decreto n.º 94/2013, de 31 de dezembro](#), aprova o Regulamento do Exercício da Atividade de Empreiteiro e de Consultor de Construção Civil

Estrangeiros

- Decreto n.º 62/2014, de 24 de outubro, altera o regime jurídico do cidadão estrangeiro

Parcerias público-privadas e concessões

- Decreto n.º 69/2013, de 20 de dezembro, aprova o Regulamento de Parcerias Público-Privadas e Concessões Empresariais de Pequena Dimensão (empreendimentos cujo montante de investimento seja de valor não superior a cinco milhões de meticais)

Petróleo e minas

- Lei n.º 20/2014, de 18 de agosto, aprova a Lei de Minas
- Lei n.º 21/2014, de 18 de agosto, aprova a Lei dos Petróleos

Cadernos da Internacionalização

Rede elétrica

- Diploma Ministerial n.º 184/2014, de 12 de novembro, aprova o Código da Rede Elétrica Nacional

Salário mínimo

- Atualização dos salários mínimos a vigorar em 2014, que produzem efeitos a partir de 1 de abril de 2014. Para o Sector 06 (Construção civil) foi fixado o salário mínimo de 3.953,00 MT

PERU Acordos bilaterais

- Aviso n.º 48/2014, de 3 de abril; Decreto do Presidente da República n.º 71/2013, de 27 de junho e [Decreto da Assembleia da República n.º 88/2013, de 27 de junho](#) – Convenção entre a República portuguesa e a República do Perú para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, em vigor desde 12/04/2014 ([Fonte: www.dre.pt](http://www.dre.pt))

Contratação Pública

- [Decreto Supremo N.º 080-2014-EF, de 22 de abril](#), altera o Regulamento da Lei da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto Supremo N.º 184-2008-EF ([Fonte: http://portal.osce.gob.pe](http://portal.osce.gob.pe))
- [Decreto Supremo N.º 261-2014-EF, de 11 de setembro](#), altera o Regulamento da Lei da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto Supremo N.º 184-2008-EF ([Fonte: http://portal.osce.gob.pe](http://portal.osce.gob.pe))

QATAR Acordos bilaterais

- [Aviso n.º 51/2014, de 2 de maio](#); [Decreto do Presidente da República n.º 82/2012, de 17 de abril](#), e [Resolução da Assembleia da República n.º 51/2012, de 17 de abril](#) - Convenção entre a República Portuguesa e o Estado do Qatar para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respetivo Protocolo, em vigor desde 04/04/2014 ([Fonte: www.dre.pt](http://www.dre.pt))

